

UMA REUNIÃO PARA DISCUTIR AS DÍVIDAS?

Enquanto autoridades da área econômica e técnicos continuam discutindo, nos EUA, de quem é a culpa pela elevação dos juros internacionais, representantes dos países latino-americanos altamente endividados parecem estar tentando organizar uma reação conjunta aos problemas provocados pelas altas taxas. Segundo o jornal La Nación, de Buenos Aires, várias chancelarias da América Latina já estão discutindo a possibilidade de uma reunião de cúpula para analisar os problemas da dívida externa.

Embora o jornal tenha citado fontes do governo argentino, o porta-voz do presidente Raúl Alfonsín se recusou a fazer comentários sobre o assunto, ao mesmo tempo em que o chanceler Dante Caputo, que esteve no Brasil, negou ter sido portador de uma proposta deste tipo ao governo brasileiro.

De qualquer modo, La Nación explicou que se está ainda na fase de "contatos preliminares" com os diversos ministérios das Relações Exteriores e que a reunião de cúpula é "uma alternativa a mais" entre as várias que se estão discutindo para "uma reação generalizada contra a contínua alta dos juros norte-americanos".

A elevação da primerate também foi um dos assuntos que o presidente do México, Miguel de La Madrid, discutiu, em Washington, com autoridades como o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, o presidente da Reserva Federal dos EUA, Paul Volcker, e o secretário do Tesouro norte-americano, Donald Reagan.

Em entrevista concedida logo após a visita do presidente mexicano, Volcker, por exemplo, disse que a melhor ajuda que se pode dar aos países latino-americanos endividados seria o controle das taxas de juros. Jacques de Larosière, do FMI, por sua vez, preferiu defender as vantagens do método de ajuste econômico criado pela entidade. Segundo ele, os bons resultados obtidos até agora pelo México, apesar do custo social, demonstram que o método do FMI "é real e funciona na prática".

Entretanto, De La Madrid, que também se encontrou com o presidente Ronald Reagan, lembrou que a renegociação da dívida externa "não é um assunto ético, mas uma questão de conveniência". Ele explicou ainda que, "desde que a interdependência é um fato irreversível, a solidariedade é um imperativo". O presidente mexicano também pediu a Reagan — sem receber resposta — que

se ponha fim aos aumentos dos juros e que se ampliem as possibilidades de exportação, "para recuperar nossa capacidade de compra no exterior e reiniciar o processo de crescimento econômico".

Recuperação

Nos próprios Estados Unidos, porém, essa preocupação não existe. A Reserva Federal anunciou ontem que o índice de produção industrial do país aumentou 1,4% em abril passado, somando-se aos 1,5% registrados em janeiro.

Essa notícia surpreendeu a muitos economistas governamentais, que esperavam uma diminuição da taxa de crescimento da economia norte-americana durante este segundo trimestre. A surpresa foi maior pelo fato de que esse aumento foi obtido sem a ajuda da indústria automobilística, que reduziu sua produção, no mês passado, para adaptar suas linhas de montagem aos novos modelos da próxima temporada.

Além disso, anteontem a mesma Reserva Federal havia informado que a taxa de expansão dos créditos em cotas a favor dos consumidores no primeiro trimestre foi de 17,5% em termos anuais — um número considerado de excepcional vigor.

Apesar desse bom desempenho, a elevação dos juros provocou uma crise de confiança entre Washington e a comunidade financeira norte-americana, com uma ausência de compradores e queda no mercado nova-iorquino de títulos de renda fixa.

Filosofia

O ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, por sua vez, anunciou ontem uma fórmula que, segundo ele, poderá aliviar o peso das dívidas externas sobre os países latino-americanos. Kissinger acha que a solução seria esses países abandonarem suas "veementes objeções filosóficas" a respeito dos investimentos por parte das corporações multinacionais. Com isso, disse ele, seus problemas estariam mais próximos de uma solução.

Kissinger, que explicou que estava defendendo "até certo ponto uma lógica de mercado", acha que as multinacionais são uma alternativa de ajuda por parte dos governos ocidentais, que reduziram sua assistência em razão da recessão econômica. "As multinacionais estão dispostas a investir em países do Terceiro Mundo", declarou.

A capitalização dos juros, inviável?

É totalmente inviável a proposta de capitalização dos juros feita pelos países devedores aos bancos internacionais, ao que afirmou ontem em Brasília o superintendente do Banco Crefisul, Luís Fernando Brant, ex-diretor-geral do Citibank no México.

Brant, que foi um dos principais renegociadores da dívida externa mexicana, observou que a capitalização implicaria uma contrapartida dos bancos, que teriam de capitalizar também os juros devidos aos seus investidores, que não aceitariam a medida.

O diretor do Crefisul disse que o próximo presidente brasileiro, seja quem for, deverá dar continuidade ao programa de ajuste e saneamento econômico, para que durante o seu mandato tenha condições de fazer com que o País volte a crescer sob as bases de uma economia sadia. Segundo Brant, as transições políticas que eventualmente ocorram em países devedores geram expectativa no mercado financeiro internacional.

Brant defendeu as medidas do programa de ajuste econômico executadas pelo governo, que na sua opinião têm levado a economia do País para "o rumo certo". Ele disse que a tendência de queda da inflação, ainda pouco visível, será bastante evidente no final deste ano. Ele observou também

que deverá haver este ano uma estabilização do Produto Interno Bruto, que não repetirá as quedas dos anos anteriores.

O diretor do Crefisul afirmou que a fixação de uma taxa da prime rate, conforme querem os países devedores, pode não ser um bom negócio para o Brasil, pois corre o risco de, no futuro, estar pagando taxas maiores que as de mercado. A prime, segundo Brant, deverá continuar em elevação por um pequeno período, mas ainda este ano haverá uma redução, já que se espera um crescimento menor do PIB dos Estados Unidos, além de uma contenção do déficit norte-americano.

Brant disse ainda que as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, obrigando os fundos de investimentos a dirigirem 40% de suas aplicações em títulos públicos, é perfeitamente aceitável pelo Crefisul, que detém o maior fundo de renda fixa do País, com Cr\$ 300 bilhões em captações. Ele afirmou que é sólida a posição do Crefisul no mercado e descartou os recentes boatos de que a instituição estava em dificuldades. A insegurança dos investidores, preocupados com as intervenções nas cadernetas de poupança, pode ter causado os boatos, observou Brant.

Os fiscais da dívida examinam contas

Os economistas do Subcomitê de Economia do Comitê Renegociador da Dívida Externa Brasileira — Douglas Smee, do Banco de Montreal; Bryce Ferguson, do Citibank; Robin Chapman, do Lloyds International Bank; e Jim Nash, do Morgan Guaranty Trust — iniciaram ontem o trabalho de coleta dos dados sobre o comportamento da economia do País nos quatro primeiros meses do ano.

O Banco Central informou que o grupo, chefiado por Smee, permanecerá em Brasília até o final da semana, concentrando os seus trabalhos no Departamento Econômico do banco. Com a elevação dos juros internacionais e o comportamento acima da expectativa da balança comercial, os economistas dos bancos credores e o Banco Central promoverão a revisão do programa de ajuste interno

e externo da economia brasileira, apresentado em março último pelo presidente do BC, Afonso Celso Pastore.

O vice-presidente do Citibank, Albert Misam — auxiliar do presidente do Comitê Renegociador da Dívida Brasileira, William Rhodes —, manteve contato com o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, para eliminar dúvidas na rolagem automática dos compromissos externos do País a vencer este ano.

O Banco Central também revelou que o Brasil paga comissão de comprometimento de 0,125% ao ano para ter a garantia dos bancos internacionais, sob coordenação do Chase Manhattan Bank, de que terá à disposição financiamentos globais de US\$ 10 bilhões às suas importações e exportações. O BC deu o aval do Tesouro para essas operações de curto prazo.

Delfim: moratória é boato.

Os boatos de que os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvão, teriam aproveitado sua viagem a Washington "para agitar as autoridades dos EUA e do FMI o fantasma da moratória unilateral" foram

desmentidos ontem. Essas especulações, que circularam insistentemente nos meios financeiros, foram estimuladas pela notícia de que os presidentes de países da América Latina estariam projetando uma reunião de cúpula para discutir as dívidas. O desmentido foi feito pelo ministro Delfim.

